



*Esta seção analisa os últimos dados sobre o mercado de trabalho, que mostram como a alta desocupação e o crescimento da informalidade têm afetado fortemente as famílias brasileiras, com destaque para o aumento da desocupação nos grandes centros. Por outro lado, a imprensa repete que o maior problema do Brasil é a Previdência, ocultando a falta de renda e de emprego. No entanto, as propostas de reforma apresentadas pelo governo (dos sistemas civil e militar) ampliam desigualdades.*

## **Mercado de Trabalho**

A alta desocupação e o crescimento da informalidade têm afetado fortemente as famílias brasileiras, com destaque para o aumento da desocupação nos grandes centros.

Em janeiro de 2019, o Brasil gerou saldo positivo de 34 mil vagas formais segundo o Cadastro Geral de Emprego e Desemprego. O dado foi praticamente um terço do saldo que era esperado por especialistas e ficou abaixo dos 77 mil criados em janeiro de 2018. Em janeiro de 2019, o estoque de empregos formais ficou em 38,4 milhões, abaixo do pico de empregos formais de janeiro de 2015, que foi de 40,7 milhões e próximo do valor de janeiro de 2012 (38 milhões). Em outras palavras, o Brasil retrocedeu o número de empregos formais a valores de quase sete anos atrás, sendo que em 2012 o país tinha 198 milhões de habitantes e hoje tem 209 milhões.

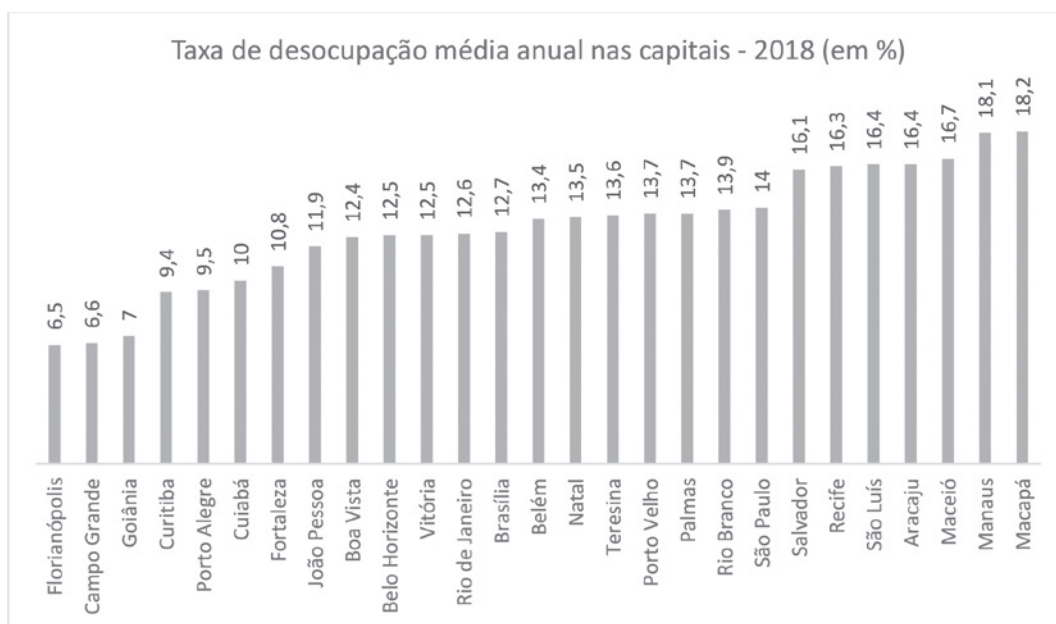
Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) mostram que a taxa de desocupação (12%) no trimestre móvel encerrado

em janeiro de 2019 subiu 0,3 ponto percentual em relação ao trimestre de agosto a outubro de 2018 (11,7%). Em relação ao trimestre móvel de novembro de 2017 a janeiro de 2018 (12,2%), o quadro foi de estabilidade. São 12,7 milhões de desocupados no país e 27,5 milhões de subocupados no trimestre encerrado em janeiro de 2019 (contra 26,8 milhões de subocupados no mesmo trimestre do ano anterior). O desalento (situação em que as pessoas desistem de procurar emprego) também cresceu de um ano para o outro: no trimestre fechado em janeiro de 2019, ficou em 4,7 milhões, contra 4,4 milhões no mesmo trimestre do ano anterior. Entre o trimestre de novembro a janeiro de 2018 e novembro a janeiro de 2019, também aumenta o número de trabalhadores sem carteira e por conta própria. Ou seja, a taxa de desocupação tem caído com o aumento do desalento e da informalidade, o que não é um bom indicador.

Apesar da queda da taxa de desocupação nos últimos meses, a desocupação tem atingido fortemente os grandes núcleos urbanos brasileiros. O

gráfico abaixo, montado com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra a taxa de desocupação média anual nas capitais para o ano de 2018. Em Porto Alegre, João Pessoa, Boa Vista, Vitória, Rio de Janeiro, Belém, Teresina, Porto Velho, São Paulo, Recife, Aracaju, Maceió e Macapá, a taxa de desocupação atingiu o maior valor dos últimos sete anos. Também, enquanto o Sul e o Centro-

-Oeste se destacam com taxas mais baixas em suas capitais, no Norte e no Nordeste algumas capitais apresentam índices altíssimos (como Maceió com 16,7%, Manaus com 18,1% e Macapá com 18,2%). No Sudeste, três das quatro capitais (São Paulo, Rio de Janeiro e Vitória) tiveram as maiores taxas de desocupação anual média dos últimos sete anos. Ou seja, nos grandes centros, a situação é dramática.



### Reforma da Previdência mantém privilégios

O mantra do governo tem sido que a reforma da Previdência (PEC 06/2019) combateria privilégios. A seguir, elencamos alguns pontos que contradizem este discurso.

A proposta do governo prejudica mais as mulheres ao ampliar o tempo de contribuição e/ou idade mínima em especial para este grupo, desconsiderando a carga de trabalho doméstico não remunerado efetuada pelas mulheres. Segundo o IBGE, por semana, as mulheres realizam por volta de vinte horas de trabalho doméstico não pago, enquanto os homens realizam dez horas. Enquanto as mulheres podem, em teoria, se aposentar do trabalho remunerado, não se aposentam do trabalho doméstico.

A PEC 06/2019, no caso da aposentadoria no Regime Geral da Previdência Social, propõe o fim do direito à aposentadoria por tempo de contribuição. As mulheres terão que trabalhar dois anos a mais (dos 60 aos 62 anos), se forem do setor urbano, e

cinco anos a mais (dos 55 aos 60 anos), se forem do setor rural. Os homens, ao contrário, permanecerão com as mesmas referências etárias da atual modalidade de aposentadoria por idade (65 anos, no setor urbano, e 60, no rural). Também, pela reforma, as regras de transição são especialmente duras para as mulheres e são propostas restrições ao acesso e aos valores das pensões por morte, além de mudança das regras de acúmulo de benefícios e do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Segundo cálculos de Eduardo Fagnani, professor do IE/Unicamp, a reforma busca acabar com o sistema de seguridade social, além do que a economia prevista pela proposta onera duramente os mais pobres. Dos 1,1 trilhão de reais previstos para serem economizados em dez anos, 75,6% viriam da subtração de direitos dos beneficiários do INSS (rural e urbano), da assistência social e do abono salarial, que beneficiam justamente os mais pobres: 715 bilhões de reais serão “economizados” porque

serão cortados direitos garantidos para a proteção à velhice dos trabalhadores rurais e urbanos inscritos no RGPS; e outros 182 bilhões de reais no BPC e no endurecimento das regras do Abono Salarial.

### Propostas penalizam mais trabalhadores civis

O governo Bolsonaro entregou ao Congresso em 20 de março de 2019 a proposta de Reforma da Previdência para os militares, que tramita como Projeto de Lei 1645/2019. Segundo o próprio site da Câmara Federal, “a chegada do projeto ocorre no prazo limite previsto pelo governo e atende à condição imposta por líderes partidários para destravar a análise da reforma da Previdência dos servidores civis (PEC 6/19)”. No entanto, a economia prevista pelo projeto para os próximos dez anos de 97 bilhões de reais é contraposta por um aumento de gastos de 86,8 bilhões, devido à reestruturações na carreira como forma de compensação à categoria, que, além de ter vínculos com o presidente da República, tem grande espaço no governo hoje. Até analistas mais conservadores têm dito que, desta forma, a proposta de reforma penaliza muito mais os trabalhadores civis que os militares.

A proposta de reforma da Previdência (PEC 6/2019) ocorre no momento em que a sociedade brasileira está mais fragilizada: com o mercado de trabalho ainda em crise e com o crescimento econômico muito baixo, a mudança das regras previdenciárias em conjunto com a piora dos serviços públicos como um todo - como a saúde, muito importante para a população idosa - tem o potencial de piorar muito a qualidade de vida dos brasileiros como um todo. Muitas pessoas, com a crise no mercado de trabalho, perderam o acesso a planos de saúde, e também com os cortes que a saúde tem sofrido com a Emenda Constitucional 95. Assim, com a Emenda Constitucional 95, a reforma trabalhista, a proposta de reforma da Previdência e muitos outros direitos perdidos nos últimos anos, o Brasil desfaz mecanis-

mos para combater a pobreza, a desigualdade e arrisca cada vez mais a qualidade de vida dos cidadãos brasileiros, em especial durante a velhice.

A pauta uníssona da reforma esconde o verdadeiro problema: falta de empregos de qualidade. Desapareceu no Brasil a discussão sobre geração de emprego. Com 12,5 milhões de desocupados, 27,3 milhões de subutilizados (desocupados, subocupados por insuficiência de horas e na força de trabalho potencial), não se fala em como solucionar um dos mais graves e imediatos problemas das famílias brasileiras, a desocupação.

O drama de milhões de famílias parece não ser um grande problema. A pauta uníssona da necessidade da reforma da Previdência domina as notícias diariamente. Não se fala mais em geração de empregos, quanto mais em empregos de qualidade. Dizem os analistas que quando o Brasil realizar a reforma da Previdência, o país voltará a crescer, a gerar empregos. Dizem que tudo depende dela. Mas não explicitam qual relação tem a reforma com o crescimento econômico.

E se for invertida a causalidade: qual o impacto da geração de empregos nos resultados da Previdência? Quanto a este ponto, de 2009 a 2015 o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) urbano, segundo cálculos do SPREV, foi superavitário. Um dos grandes motivos foi a geração, neste período, de grandes saldos de emprego formal ano a ano, ampliando a base contributiva da Previdência e garantindo a sustentabilidade do sistema: segundo o Caged, de 2000 a 2014 foram gerados 23,4 milhões de empregos formais. Só de 2009 a 2014 foram 8,4 milhões. Ou seja, até não muito tempo atrás (até a crise que se inicia em 2015), com a mesma estrutura previdenciária, havia um RGPS urbano superavitário. Por isso, fazer a discussão sobre o sistema previdenciário sem discutir o momento em que se encontra o mercado de trabalho brasileiro - o alto desemprego e os crescentes níveis de informalidade - é olhar somente um aspecto da questão.